



Sumário

1.	DADOS DO PROJETO.....	2
2.	INFORMAÇÃO DE CONTEXTO	2
3.	TRANSFORMAÇÕES NA TEMÁTICA DE GÊNERO	4
4.	TRANSFORMAÇÕES NA TEMÁTICA INTERGERACIONAL	4
5.	INDICADORES DE AVANÇOS	5
9.	GESTÃO DE RISCOS	8
10.	PROTEÇÃO ÀS PESSOAS E GRUPOS VULNERABILIZADOS	8
11.	LIÇÕES APRENDIDAS	8
12.	AÇÕES DE COMUNICAÇÃO	9
13.	HISTÓRIAS PARA COMPARTILHAR	10
17.	ANEXOS	11
	ANEXO 1: PLANILHA DE CRONOGRAMA E MONITORAMENTO	11
	ANEXO 2: FICHAS INDIVIDUAIS COLHEITA DE RESULTADOS	11
	ANEXO 3: MATERIAIS COMPROBATÓRIOS	12
	ANEXO 4: PLANILHA DE GESTÃO FINANCEIRA	12

Marque com (x) a qual relatório corresponde:

Data de envio: 05/02/2024

Período:

RELATÓRIO NARRATIVO SEMESTRAL

RELATÓRIO NARRATIVO ANUAL

Período de referência deste relatório:

Julho a dezembro 2023

1. DADOS DO PROJETO

Nome completo da organização proponente	Associação Comunitária de Educação em Saúde e Agricultura - Acesa
Número do contrato	2021-04652
Nome da Coalizão	Agroecologia para Proteção das Florestas da Amazônia
Responsável pelo projeto	Raimundo Alves da Silva
E-mail	acesa.coordenacao@gmail.com
Orçamento total aprovado	USD 197.978,74
Total já recebido (USD ou R\$)	R\$ 725.187,30
Total já executado (USD ou R\$)	R\$ 621.058,26

2. INFORMAÇÃO DE CONTEXTO

Faça uma breve análise do contexto atual relacionado ao projeto, identificando as oportunidades e desafios encontrados, bem como as principais mudanças (política, econômica, socioambiental) que tiveram impacto no projeto. (Máximo meia página)

Um tema que dominou o debate político maranhense entre os movimentos sociais foi a Lei de Terras, que recria e piora a lei de terras do Sarney. Sancionada no mesmo dia da aprovação na Assembleia Legislativa do Maranhão, algo muito incomum. Esta lei não permite a destinação de terras para regularização de territórios tradicionais, mas facilita o repasse de terras públicas para a iniciativa privada e facilita a regularização de terras griladas. Isto revela muito claramente o caráter conservador e cai a máscara definitivamente do governador, que se candidatou por um partido de centro-esquerda, mas que tem um histórico político construído nos partidos da direita tradicional. Não é novidade porque vem de um grupo oligárquico e latifundiário de Colinas, Sul do Maranhão.

Esta legislação estadual, apresentada coordenadamente nos quatro estados que compõem o MATOPIBA, cria uma perspectiva de aumento e acirramento dos conflitos de terras. Os movimentos sociais e territoriais tinham mais ou menos um jeito estabelecido de lidar com os fazendeiros que

disputavam seus territórios, mas agora estes fazendeiros estão vendendo suas terras para latifundiários do sul do país ou para grandes empresas, que são ainda mais truculentos que os fazendeiros tradicionais.

Além desta mudança legislativa, na esteira no bolsonarismo, mesmo tendo sido derrotado eleitoralmente, aparecem as sequelas na sociedade, como o movimento “invasão zero”, que é a reedição da velha União Democrática Ruralista (UDR), que surgiu em Goiás para não deixar a Reforma Agrária avançar na constituinte. Era uma milícia armada, financiada com leilões de gado, para combater invasões. Mataram muita gente, entre eles Chico Mendes, Pe. Josimo, massacre de Corumbiara. A primeira reunião do novo Invasão Zero foi em Anápolis-GO. No Maranhão, este grupo paramilitar (fazendeiros e jagunços armados com a incrível companhia das polícias militares) fizeram desocupação de fazenda ocupada pelo MST sem nenhum mandato judicial. O discurso é muito violento, e conta com uma cobertura muito favorável da imprensa local.

A secretaria de meio ambiente do estado é um balcão de negócios da Federação das Indústrias do Maranhão - FIEMA. São Luís é hoje provavelmente a cidade mais poluída do Brasil, de acordo com dados oficiais. Há 5 estações de monitoramento da qualidade do ar. Um TAC entre MPE e SEMA previa a instalação de 34 estações. Foi feito um seminário que apresentou resultados gravíssimos da ilha, muito focado na questão do zoneamento e plano diretor. Não dá mais para fazer um monitoramento voluntário. Tudo conduz para a institucionalização do “movimento de defesa da ilha”, para captar recursos e ter pelo menos um advogado permanente e um corpo de comunicação. Todo dia surge uma nova empresa de fertilizante no entorno dos portos. O pessoal reclama do cheiro de gás e está tendo mortalidade nas águas a partir do esgoto e efluentes, inclusive com mortalidade de peixes. Constatamos nossa dificuldade em monitorar as políticas ambientais do estado, porque a secretaria de meio ambiente é das mais herméticas deste governo.

Faça uma breve análise do contexto climático nas regiões de atuação do projeto. Quais foram os eventos climáticos que merecem ser destacados como ameaças ou desafios às áreas de abrangência e beneficiados do projeto? (Exemplos de eventos climáticos: secas prolongadas, enchentes, cheias de rios, chuvas fora do padrão, impactos no calendário agrícola e na pesca etc.) (Máximo meia página).

Toda a Amazônia sofreu um período de seca extrema no período, especialmente grave na Amazônia maranhense. Após 3 anos consecutivos do fenômeno climático El Niño, caracterizado por chuvas acima da média no Norte do Brasil, estamos agora num período de La Niña, onde nesta região temos chuvas inferiores à média e com distribuição geográfica e temporal errática. A previsão é que esta situação se traduza em perda nas colheitas das populações tradicionais e camponesas, trazendo como consequência a insegurança alimentar das comunidades participantes do projeto.

3. TRANSFORMAÇÕES NA TEMÁTICA DE GÊNERO

Mencione se e de que forma este projeto realizou transformações nas relações de gênero até o momento.

Conforme mencionado em relatórios anteriores esta Coalizão tem, entre seu público prioritário, as mulheres, sobretudo porque são elas as que protagonizam a agroecologia como modo de produção e vida, bem como são as que se encontram em maior situação de vulnerabilidade socioeconômica e ambiental. No que se refere à produção agroecológica as mulheres fazem do espaço do quintal e das

práticas extrativistas sua economia, tanto para a segurança alimentar na unidade familiar, bem como para geração de renda com a comercialização em feiras agroecológicas e mercado institucional. Ou seja, do espaço invisibilizado geram segurança alimentar e fazem o cuidado com a natureza ao realizar o manejo sustentável da sociobiodiversidade através das práticas de seleção e armazenamento das sementes crioulas, dos tratos culturais sem uso de agrotóxicos no cultivo das plantas alimentícias e não alimentícias e no manejo dos animais de pequeno porte, bem como no manejo extrativista coletando frutos maduros, sem comprometer a reprodução da espécie vegetal. Portanto, as mulheres promovem além de economia, convertida ou não em renda monetária, serviços socioambientais incalculáveis, uma vez que esses serviços não ficam circunscritos à comunidade ou ao quintal. Outrossim, quando da instalação de projetos de grande impacto sobre os territórios são as primeiras a sofrerem seus efeitos, seja pela redução da biodiversidade (desmatamento), medo de terem seus corpos violados, ameaçados pelos conflitos gerados, entre outros. Nesse sentido este projeto tem se comprometido a envolver as mulheres em todas as atividades, possibilitando-as acessar informações diversas como as relacionadas às mudanças climáticas, impactos decorrentes de projetos de mineração (fracking), informações sobre projetos de lei (Lei de Terras 12.169/2023, do Maranhão), de modo que sejam incluídas na centralidade das ações, participando das estratégias de construção coletiva, seja em atividades produtivas agroecológicas como sistemas agroflorestais, o envolvimento/beneficiárias de atividade piloto de enfrentamento à crise hídrica (projeto barraginhas com apoio BASE/VAC). Bem como participem das ações de incidência política, tais como processo de elaboração dos protocolos de consulta, ações da Campanha e projeto de Lei Popular contra pulverização aérea de agrotóxicos, além de ações de comunicação (lives, podcast e vídeos) denunciando as violências nos territórios, mas também anunciam suas ações e estratégias de enfrentamento e resiliência climática. Pelo exposto, consideramos que este projeto tem contribuído significativamente para transformar as relações de gênero ao colocar as mulheres na centralidade das ações, possibilitando-as conhecimento e fortalecendo suas capacidades para incidência política.

4. TRANSFORMAÇÕES NA TEMÁTICA INTERGERACIONAL

Mencione se é de que forma este projeto realizou transformações nas relações intergeracionais até o momento.

No que se refere às transformações intergeracionais este projeto as têm promovido, principalmente pelo envolvimento de mulheres e juventudes tanto em suas ações quanto em outros eventos. Ambos os grupos têm participado de atividades formativas como os cursos realizados de forma presencial (Tecnologias social de Barraginhas; Sistematização de experiências) ou ambiente virtual (Fracking; Hidrogênio Verde e Capitalismo verde), atividades produtivas no âmbito da Campanha Plante uma Árvore (produção, distribuição e plantio de árvores); e participação nas ações de Protocolo de Consulta de dois Territórios Quilombolas, entre outros. Outra ação que tem proporcionado a interação entre as gerações são as relativas à comunicação, tanto as oficinas quanto a produção de materiais (vídeos e podcasts) em que os olhares e perspectivas das diferentes gerações são projetados sobre os materiais produzidos ou para mobilização de novos saberes.

Ainda no que se refere à perspectiva intergeracional, a participação de representações da Coalizão no 12º Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA), que envolve diferentes segmentos sociais - estudantes, pesquisadores, organizações, movimentos sociais, artistas, agricultores/as, etc. de todo país foi uma excelente oportunidade de troca de experiências entre as gerações. No referido congresso houve a apresentação de artigo intitulado “Associação Comunitária de Educação em Saúde e Agricultura, Quebradeiras de Coco Babaçu e Agroecologia no Maranhão, apresentada conjuntamente por dois integrantes da Coalizão (GEDMMA e ACESA) e participação na Plenária das Juventudes e Agroecologia

debatendo enfrentamento às mudanças climáticas. Além do artigo mencionado também teve a participação de uma mulher negra jovem, integrante do GT Juventudes da RAMA, apresentando trabalho na categoria relato de experiências.

A proatividade das juventudes do GT Juventudes da RAMA, por meio de ações como a Campanha supramencionada e o Encontro das Juventudes em territórios de povos e comunidades tradicionais fortalece a troca de experiências entre as gerações e amplia as possibilidades de construção coletiva de saberes e modos de fazer diversos. Essa perspectiva de fortalecimento do conhecimento intergeracional se fortalece pelos encaminhamentos apontados no Encontro da RAMA, da necessidade de promover eventos entre os GTs Mulheres e de Juventudes. Nesse sentido, entendemos que as transformações geracionais vêm se intensificando com as iniciativas promovidas e/ou apoiadas por esta Coalizão.

5. INDICADORES DE AVANÇOS -

Os indicadores, atividades e resultados por linhas temáticas devem ser preenchidos diretamente na PLANILHA DE CRONOGRAMA E MONITORAMENTO que é parte integrante deste relatório.

Descrever brevemente os objetivos específicos, resultados¹, indicadores de resultados e atividades realizados até o momento.

6. EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES

Em relação à execução das atividades previstas no projeto, por favor, indique uma opção:

<input checked="" type="checkbox"/>	Progresso foi feito sem atrasos no que diz respeito à implementação de atividades.
<input type="checkbox"/>	Há atrasos em relação à implementação das atividades que podem ser mitigadas no período seguinte.
<input type="checkbox"/>	Há atrasos notáveis à implementação das atividades que não podem ser reduzidos no próximo período.

Justifique, se necessário:

7. SOLUÇÕES BASEADAS NA NATUREZA

Indique se o projeto tem interface com ações de desenvolvimento/fortalecimento/difusão de soluções baseadas na natureza ou outras soluções climáticas para o enfrentamento da crise climática na região amazônica. Se sim, descreva as soluções.

O projeto tem fortalecido as práticas aos sistemas agroflorestais por meio da assistência técnica, produção de mudas e trocas de sementes crioulas nas organizações da coalizão, uma vez que essa prática já era desenvolvida.

- Produção de mudas e distribuição para famílias através da Campanha Plante uma Árvore conduzida pelo GT de Juventudes da RAMA;
- Produção e distribuição de mudas pelas crianças do Clubinho da Árvore da Acesa;

¹ De acordo com o que se espera da Teoria de Mudança do Programa.

- Implementação do Sistema de Barraginhas nos territórios da Acesa, JnT e Tijupá, como estratégia de enfrentamento às mudanças climáticas;
- Campanha Chega de agrotóxicos - queremos territórios livres de veneno, lançada em parceria com a Rama.

8. IMPLEMENTAÇÃO DA GOVERNANÇA

De acordo com a estratégia de governança apresentada na proposta, relate como ela está acontecendo entre as organizações membro da Coalizão.

A governança tem se dado da forma como havíamos previsto e apresentado na proposta em curso, a mesma vem ocorrendo de forma tranquila, ampliando os aprendizados, inclusive com o Programa VAC.

RAMA: é a caixa de ressonância do projeto, por agregar a capilaridade aportada pelas 20 organizações membro presentes no território e a visibilidade adquirida em mobilização, articulação e incidência política estadual e regional.

ACESA: conduz a coordenação, comunicação, administração e monitoramento do projeto;

JnT: é responsável por apoiar as ações de incidência e monitorar o Observatório Popular de Políticas de Sociobiodiversidade e Clima no Maranhão, junto aos GTs; execução territorial na região tocantina maranhense.

TIJUPÁ: é responsável pela condução do plano de incidência política e execução territorial na região Munim.

GEDMMA: implementar, junto às organizações, o plano de formação, assessoramento em pesquisa, sistematização das experiências no âmbito do projeto.

Além disso, a coalizão conduz as atividades do projeto, orientada por meio de um Comitê de Gestão, formado por um representante de cada organização que compõe a coalizão.

Como está sendo a participação dos públicos-beneficiários na execução do projeto?

A participação das juventudes, mulheres, agricultores/as estão sendo envolvidos nas ações do projeto por meio da participação nas capacitações/oficinas de comunicação, que planejam e organizam as reuniões dos grupos de trabalho (de mulheres, juventudes). Por meio de processos de monitoramento e avaliação semestral do projeto. As juventudes e as mulheres são público prioritário e os GTs da RAMA

Compartilhe conosco pontos positivos e pontos de atenção na relação entre a Coalizão e a coordenação do Programa VAC (Avina, Hivos e WWF-BR). O que tem funcionado bem? O que poderia melhorar e como?

Boa relação da coordenação do projeto com a coordenação do Programa VAC no acompanhamento a implementação desta proposta, fortalecendo politicamente a relação institucional entre as organizações, lideranças e bases acompanhadas pelo projeto;

Cuidado no repasse das informações e atenção no processo de aprendizagem, principalmente quanto aos ferramentais do programa;

Ótima relação entre os coordenadores da Coalizão, sendo fundamental para o funcionamento do projeto;

O Programa VAC mediou acesso ao apoio advindo da Iniciativa BASE, onde podemos apresentar uma solução climática em processo de implementação.

9. GESTÃO DE RISCOS

Mencione os riscos internos e externos que surgiram durante o período relatado, referindo-se às consequências ao projeto e às medidas adotadas para sua mitigação.

Riscos	Consequências ao projeto	Medidas de mitigação
Mudança no ciclo das chuvas	Diminuição e/ou perda da produção agrícola	Orientações para produção de alimentos mais resistentes a seca
Verão rigoroso, elevadas temperaturas	Diminuição ou perda de produtos agrícolas; morte de abelhas nativas e/ou redução da atividade melífera	Instalação de sistema de barraginhas em 03 municípios visando aumentar capacidade infiltração e distribuição regular de água no solo (em fase inicial, sem dados até o momento); Orientações sobre práticas de manejo a fim de melhorar as instalações do meliponário, de modo a oferecer melhor conforto térmico às abelhas e evitar manejo de coleta de mel, reduzindo assim a atividade das abelhas, bem como proporcionar maior oferta de florada e água próxima ao meliponário.

10. PROTEÇÃO ÀS PESSOAS E GRUPOS VULNERABILIZADOS

Indique se durante o desenvolvimento do projeto surgiram situações que colocaram em risco as pessoas envolvidas na execução, inclusive beneficiárias, e quais medidas foram adotadas para mitigá-las.

O Estado do Maranhão, juntamente com os estados da Bahia, Piauí e Tocantins compõem a fronteira de expansão do monocultivo de grãos, principalmente soja, voltados para exportação. Na extensão territorial desses estados vivem milhares de povos e comunidades tradicionais que veem avançar sobre seus territórios tradicionais e suas práticas ancestrais de produção e consumo, o capitalismo agroexportador que se utiliza cada vez mais de práticas explícitas e violentas de expulsão das comunidades. Entre os estados mencionados, o Maranhão lidera o ranking de violência no campo, conforme dados da Federação dos Trabalhadores da Agricultura no Maranhão/FETAEMA, com assassinato de 15 trabalhadores rurais no Maranhão no período de 2020 a 2023, dos quais 10 quilombolas. Ainda de acordo com a Federação, o estado possui mais de 400 áreas de conflitos agrários, sendo que 120 se concentram em territórios quilombolas. Não bastasse os assombrosos e revoltantes casos de violência e descaso com a vida e os modos de vida dos povos e comunidades tradicionais, em parte pela omissão do Estado quando não age com a regularização fundiária que assegure o direito dos povos e comunidades tradicionais sobre o território, ao final do ano 2023 a Assembleia Legislativa do Maranhão aprovou a Lei de 12.169/2023, que

está sendo conhecida popularmente como Lei da Grilagem, e que foi prontamente sancionada pelo governador. Entre outros, a referida Lei fere de morte a regularização fundiária para comunidades tradicionais e extingue as terras devolutas reservadas. Em suma, a Lei de Terras aprovada e sancionada tem enorme potencial de ampliar a violência no campo no estado do Maranhão, colocando a vida dos povos e comunidades tradicionais sob risco permanente. Portanto, ainda que não tenhamos registrado nos municípios de atuação da Coalizão risco direcionado a nenhuma pessoa, consideramos que o grau de vulnerabilidade é elevado e o risco é coletivo e iminente às comunidades, uma vez que cada vez mais os negócios do agro, mineração e eólica se instalam nos municípios. Como estratégia, a Coalizão sob o “guarda-chuva” da RAMA tem se somado a frentes de lutas articuladas junto a outras organizações e movimentos sociais no Estado e fora desse para denunciar os mega projetos em curso e as ameaças desses sobre as comunidades tradicionais, os biomas, os modos de vida, como por exemplo, a realização de Seminários Estadual e oficinas nos territórios sobre Fracking e construção de ações conjuntas de apoio a ação judicial contra a Lei de Terras do Maranhão, bem como a Campanha contra a pulverização aérea de agrotóxicos e elaboração e incidência política com fins de encampar uma proposta de lei popular de Proibição da Pulverização aérea de Agrotóxicos no Maranhão.

11. LIÇÕES APRENDIDAS

Descreva lições-chave aprendidas, que sejam importantes para o projeto ou que sejam úteis a outras pessoas que não fazem parte deste projeto. Estas poderão incluir: conquistas, estratégias adotadas, desafios enfrentados, resultados inesperados, processos de gestão/manejo e compreensão técnica.

No período de julho a dezembro de 2023, durante as oficinas de sistematização de tecnologias sociais foi possível refletir e aprender em conjunto com as/os variadas/os participantes sobre a importância das práticas locais e sobre a capacidade inventiva presente nas comunidades, o que produz soluções técnicas de origem popular para problemas cotidianos enfrentados. Refletir sobre essa capacidade técnica cria possibilidades novas de valorização de conhecimentos populares e de elevação da autoestima e de reconhecimento de seus responsáveis.

Um dos resultados inesperados que já vinham sendo apontados desde o final do primeiro semestre de 2023 foi o grande alcance dos minicursos realizados de forma on-line e que extrapolaram o público alvo do projeto e que produziram material de qualidade que está disponível no YouTube da RAMA para novas consultas e para realização de outros processos produtivos.

Institucionalização da narrativa das mudanças climáticas nos planos das organizações da coalizão.

12. AÇÕES DE COMUNICAÇÃO

Descreva as ações de comunicação desenvolvidas no marco do projeto e como fortaleceram as atividades planejadas e os resultados previstos (os materiais comunicacionais deverão ter seus links compartilhados ou ser anexados nas pastas compartilhadas).

Entre os meses de julho e dezembro de 2023, a comunicação contribuiu na disseminação das tecnologias sociais mapeadas no âmbito do projeto. Transformando algumas sistematizações dos agricultores/as da Região do Munim, em cards onde essas histórias, de forma resumida, pudessem ser contadas.

<https://www.instagram.com/p/Cu5IjXAR0GJ/?igsh=MTIkbnJyZWRpcG11Ng==>

Além de um vídeo sobre o armazenamento de sementes crioulas, em Bacabal.
<https://www.youtube.com/watch?v=DEaqQu5Q66o>

Ainda no âmbito das tecnologias sociais que podem mitigar os efeitos da crise climática nos territórios, foi feito um vídeo sobre as “barraginhas”, sistemas de contenção de água da chuva que capturam a água em excesso, controlam a erosão e melhoram a infiltração da água. Isso promove a resiliência climática, o manejo sustentável da água e é complementado pelo cultivo de plantas nativas.

<https://www.youtube.com/watch?v=h-bXJppddJg>

Também damos continuidade aos minicursos com temas relativos a crise climática, como “Bioeconomia”, ministrado pela Ellen Acioli; “Fracking”, ministrado pela Maria Leomar, Katia Barros e Renan Andrade, e “Hidrogênio Verde e Capitalismo Verde”, com Sergio Miranda. Todos os minicursos estão online, podendo ser acessadas sempre que for necessário

<https://www.youtube.com/@rededeagroecologiadomaranh7690/streams>

Em julho foi realizado o podcast “Mulheres e as Práticas Agroecológicas de combate às mudanças climáticas e a proteção das florestas”. Os podcast do “Vozes do Território” estão neste link [“https://open.spotify.com/show/5xRNwGz1310FgKa76OHFLI?si=a404a79aba4c486e”](https://open.spotify.com/show/5xRNwGz1310FgKa76OHFLI?si=a404a79aba4c486e)

No podcast “Cá entre Nós”, da Acesa, também foram feitos os podcast sobre Rede de Consumo Consciente, Entrega de filtros de água para comunidades, uma série especial sobre os podcast produzidos no âmbito das oficinas de comunicação. Acesse o programa aqui <https://open.spotify.com/show/4tbD9FEG1WejhMWd1nXgqX?si=14f006f0ea5747ea>

Em agosto aconteceu o V Encontro Maranhense de Agroecologia, que celebrou os 25 anos da Rede de Agroecologia do Maranhão. A temática principal do encontro foi a luta contra os agrotóxicos e o uso da pulverização aérea. Contribuímos com todo o material de comunicação do encontro, incluindo o vídeo final. <https://www.instagram.com/reel/CwfdyLfoG1H/?igsh=MTd3YnVra3g0Mzh6NA==>

Durante o encontro foi lançada a campanha de sensibilização “Chega de Agrotóxicos”, que tem o objetivo de coleta assinaturas para a lei de iniciativa popular que proíba a pulverização aérea no maranhão. Todo o material produzido está nesse link, contém cartazes, textos e vídeos: https://drive.google.com/drive/folders/1MaBd1N-hl7H-s4PXnMV9fEFUQEbm-TjS?usp=drive_link

<https://www.instagram.com/p/Cyl7Z2PpM2u/?igsh=NXR5MmFkc3l0cjFy>

A comunicação também esteve presente no Encontro de Juventudes da Rama, onde os jovens produziram um podcast: https://open.spotify.com/episode/0b0ObaAOdnS31wpigSiOhI?si=W1_i_n3nR-OxkOU03J3zTq

Mais uma vez, pontuamos o desafio relativo aos algoritmos das redes sociais, o que dificulta na métrica de resultados quanto aos números de compartilhamentos. Apesar disso, construímos potentes materiais de forma coletiva e orgânica junto a juventudes, mulheres e organizações parceiras dos territórios, fazendo assim, a comunicação popular pela ação climática justa.

OUTROS MATERIAIS DE REDES:

https://drive.google.com/drive/folders/1FillovIUlw9Sn_nehg8mKyj_O9CL39Bk?usp=drive_link

13. HISTÓRIAS PARA COMPARTILHAR

Compartilhe conosco até duas histórias inspiradoras com as quais o projeto contribuiu para uma mudança relevante. Cite detalhes da história: ator(es)², comunidade(s), cidade(s), município(s), idade(s), quando aconteceu, etc. Por que esse evento foi relevante? (Máximo meia página).

² Caso necessário, avaliar a necessidade de escolher nomes fictícios, usar as iniciais, para se proteger os dados pessoais da pessoa.

Santa Maria dos Pinheiros e Santa Rosa dos Pretos, são dois territórios quilombolas localizados em Itapecuru-Mirim no Maranhão/Brasil. Territórios parceiros que, em 2023, a partir de muitos encontros, atividades e acompanhamentos com a coalizão, foram auxiliados no processo de construção dos seus Protocolos de Consulta Prévia, Livre, Informada e de Boa Fé. Terras ancestrais ameaçadas e violentadas por estruturas de megaprojetos, ambos territórios são atravessados pela Estrada de Ferro Carajás (EFC), linhas de energia da Eletronorte, por latifundiários e pela rodovia BR-135, que agora busca ser duplicada na área de moradia, trânsito, trabalho, espiritualidade dos quilombolas. Marciel Pires, Vanessa Tinoco e Jaqueline Vaz são jovens lideranças desses dois territórios e relatam a importância do protocolo como ferramenta de fortalecimento de seus quilombos. Vanessa tem 21 anos, estudante e quilombola de Santa Maria dos Pinheiros, ela pontua que foi gratificante ver a sua comunidade participando. Como jovem, destaca a importância de poder mobilizar sua comunidade para as oficinas e plenárias em defesa das suas terras e de poder ouvir muitas histórias sobre sua comunidade, o que é um momento de adquirir muita sabedoria.

Marciel Pires tem 26 anos. Quilombola de Santa Rosa dos Pretos, é comunicador popular e Agente Agroflorestal Quilombola no seu território. Ratifica a possibilidade de ter um protocolo de consulta construído pelos quilombolas, que busque respeitar suas práticas cotidianas, modos de ser, o tempo do território, a linguagem do território, construindo um documento que é a cara de quem está ali no cotidiano, lutando pelo Bem Viver no seu quilombo. Para ele, o protocolo é uma garantia para quem faz o enfrentamento agora e para as próximas gerações, uma segurança contra empreendimentos que atuam de forma violenta, sob a vigilância e intimidação da polícia local e sem diálogo. Afirma que os encontros para construção foram importantes porque evidenciam nosso protagonismo, nossa territorialidade e que nós exigimos ser consultadas/os, exigimos nosso direito à consulta prévia.

Jaqueline Vaz, quilombola de Santa Maria dos Pinheiros, sinaliza que o protocolo foi construído de forma itinerante, respeitando todas as vozes dos quilombos e contou com a mediação de aliança de organizações, movimentos sociais e universidades. Esses momentos propiciaram uma formação e partilha de memórias de resistências e de existências locais, sociais, econômicas e encantadas, ou seja, firmar os nossos pertencimentos e lembrar que estávamos nessas terras muito antes de qualquer empreendimento/desenvolvimento e que sempre existimos. Nos encontros ampliamos nossa consciência e das pessoas de verem como esses empreendimentos violam nossos direitos, tentam nos apagar, desmerecer as nossas vidas. Foram encontros que fortaleceram também o diálogo entre territórios vizinhos, onde mulheres, homens, jovens e crianças participaram através de conversas nas associações, terreiros, escolas, igrejas, quintais, produzindo vídeos, poemas, desenhos, reflexões que partem do que acreditam e do que vivenciam.

Construir o protocolo foi a reafirmação dessas identidades, reconhecimento dos que vieram antes e conhecimento do porquê deve-se continuar lutando por dignidade, ou seja, por territórios livres e titulados. Lutamos para que nossas crianças possam continuar nascendo em nossos quilombos.

14. COLHEITA DE RESULTADOS

Deve ser preenchido diretamente no **FORMULÁRIO COLHEITA DE RESULTADOS** que é parte integrante deste relatório.

Já enviado dia 31/01/2024

15. DESAFIOS FUTUROS

Ressalte até três questões e/ou desafios futuros importantes para o projeto, pensando nos próximos 06 meses, e explique como serão tratados.

- Fazer incidência na proteção das florestas e dos direitos territoriais dos povos da Amazônia, frente a Nova Lei de Terras e agrotóxicos no estado;
- Cenário de fome que se apresenta em função da crise climática;
- Comunidades e territórios sendo ocupadas pelo plantio de soja, e assim o avanço do agronegócio e fortalecimento do MATOPIBA no atual governo;

16. AVALIAÇÃO GERAL DO PROGRESSO

Resuma os avanços do projeto conforme o objetivo principal e os resultados esperados informados na proposta, enfatizando o impacto alcançado. (No máximo 1 página)

O projeto tem se constituído em um importante instrumento de difusão do debate sobre a sociobiodiversidade e sobre as mudanças climática e seus efeitos na Amazônia maranhense e em outras regiões do estado e de articulação de comunidades e movimentos sociais afetados por essas mudanças, reforçando suas práticas produtivas tradicionais, suas formas de organização local, suas lideranças, com destaque para as mulheres e para os jovens.

Um dos instrumentos para a articulação das comunidades e movimentos foi a criação, no primeiro semestre de 2023, do Observatório Popular de Políticas de Sociobiodiversidade e Clima do Maranhão, que cuja Carta de Princípios é assinada por 29 organizações comunitárias, religiosas, ambientais, acadêmicas e dos movimentos sociais e sindicais. O segundo semestre de 2023 foi dedicado ao trabalho de organização e consolidação dos três Grupos de Trabalho do Observatório e de planejamento de suas ações, permitindo consolidar a presença do próprio Observatório junto às organizações sociais e populares do Maranhão.

A Coalizão, em parceria com a RAMA, realizou o 5º Encontro Maranhense de Agroecologia (EMA), entre 23 e 25/08/2023, na Comunidade quilombola São Bento do Juvenal, no município de Peritoró – MA. Participaram do Encontro: agricultores e agricultoras, quebradeiras de coco, pescadores artesanais, quilombolas, indígenas, mulheres e jovens do campo e da cidade. Marcando os 25 anos da RAMA, as 109 pessoas participantes (63 mulheres e 46 homens) reforçaram seus compromissos com a agroecologia, a luta contra os agrotóxicos, a alimentação saudável, a soberania alimentar, a luta por territórios livres e o bem viver dos territórios, rios e florestas. No 5º EMA, foi lançada a campanha estadual “Chega de Agrotóxicos”.

No Maranhão, a expansão do agronegócio tem sido responsável por uma ampliação sem precedentes do uso de venenos na agricultura e pela difusão da pulverização aérea desses venenos, afetando diretamente camponeses, quilombolas, povos indígenas, comunidades periféricas e a população em geral através do ar, do solo e das águas. Visando pressionar as várias instâncias do Estado a garantir condições de saúde e vida nos territórios, a campanha “Chega de Agrotóxicos” - queremos Territórios livres de veneno realizou reuniões locais, imprimiu material de divulgação e vem mobilizando a sociedade civil e coletando assinaturas para o projeto de lei estadual de Iniciativa Popular que visa proibir a pulverização aérea de agrotóxicos nos territórios e/ou comunidades no Maranhão.

Visando a difusão do debate sobre sociobiodiversidade e mudanças climáticas, o projeto conseguiu dar prosseguimento aos processos formativos em comunicação voltados para a juventude, preparando jovens lideranças oriundas das comunidades assistidas e de outros movimentos sociais do Maranhão para utilizarem instrumentos acessíveis das tecnologias da comunicação e para produzirem e difundirem conteúdos comunicacionais baseados em suas realidades locais e sobre a situação geral de degradação da Floresta Amazônica, do Cerrado e dos manguezais maranhenses. Essas formações têm se constituído em importante instrumento de produção de conteúdo midiático para o enfrentamento às mudanças climáticas e para a defesa de territórios e da sociobiodiversidade.

Os três minicursos on-line realizados no semestre, com os temas Bioeconomia; Fracking como forma de extração de gás natural e Hidrogênio verde e capitalismo verde, deram continuidade aos processos formativos remotos iniciados no semestre anterior, permitindo ampliar o nivelamento conceitual sobre temas chave para o projeto e, com atingiram público superior ao público-alvo, ampliar o conhecimento sobre a Coalizão e sobre as temáticas com as quais opera.

Outra ação importante no período foi o avanço na realização de dois Protocolos de Consulta Prévia, Livre, Informada e de Boa Fé nos territórios quilombolas Santa Maria dos Pinheiros e Santa Rosa dos Pretos, localizados em Itapecuru-Mirim e que vêm enfrentando sérios conflitos devido à duplicação da BR-135, aos ataques aos territórios por latifundiários que pretendem ocupar suas terras e outros grandes empreendimentos presentes na região. O processo de realização do protocolo, com suas reuniões e audiências públicas, se constituiu em espaço de debate e articulação das comunidades envolvidas e, estando em fase de conclusão, produzirá um importante instrumento de defesa territorial.

As três oficinas de sistematização de tecnologias sociais permitiram estabelecer o debate com o público alvo sobre a importância de suas práticas produtivas locais e sobre como realizar a sistematização dessas práticas. Permitiram também momentos significativos de troca de experiências. Após a realização das oficinas, as/os agentes sociais que participaram aprimoraram os formatos de utilizados para sistematizar suas práticas (escrita cursiva, poemas, vídeos, áudios, desenhos) e está sendo elaborado uma publicação que reunirá todo esse material e permitirá a ampliação da difusão dessas mesmas práticas, que são profundamente relacionadas com a manutenção da sociobiodiversidade.

No segundo semestre de 2023, como um desdobramento do trabalho da Coalizão, foi dado início ao projeto “Barraginhas como estratégia de fortalecimento da adaptação de sistemas agroecológicos às mudanças climáticas na Amazônia”, realizado em 3 comunidades atendidas pelas entidades parceiras, localizadas nos municípios de São Luiz Gonzaga, Açailândia e Rosário, no estado do Maranhão. Com recursos do projeto, se iniciou a implementação de “barraginhas”, uma tecnologia social caracterizada como sistemas de contenção e infiltração da água de chuva provenientes do escoamento superficial, visando garantir a recarga de aquíferos, unido seu caráter conservacionista do solo com a participação social. Juntamente com a instalação do projeto, está sendo realizada uma pesquisa para mensurar os efeitos concretos do projeto.

17. ANEXOS

ANEXO 1: PLANILHA DE CRONOGRAMA E MONITORAMENTO

Atividades e resultados.

ANEXO 2: FICHAS INDIVIDUAIS COLHEITA DE RESULTADOS

Liste os anexos incluídos com o presente relatório. Os formulários devem ser escritos um por resultado de acordo com as orientações descritas e anexas.

ANEXO 3: MATERIAIS COMPROBATÓRIOS

Liste os anexos incluídos com o presente relatório, por exemplo: *apresentações, cartazes, comunicados de imprensa, artigos de notícias, fotografias, links relacionados às atividades etc.*, preferivelmente em versão digital.

ANEXO 4: PLANILHA DE GESTÃO FINANCEIRA

Prestação de contas.